

deixam de ser abordados mais rigorosamente, quando teria necessariamente de aflorar especialmente na parte final da análise quando são abordados setores como o cinema, o teatro, as artes plásticas, a própria Universidade. Ainda pequenas críticas devem ser colocadas a partir de esquecimentos inexplicáveis — porque deixar de lado, por exemplo, a literatura? — ou certos cortes bruscos na análise — porque encerrar o tópico referente à MPB na Bossa Nova, deixando de lado movimentos mais recentes e igualmente significativos?

Por outro lado, parece desnecessário insistir nas críticas já formuladas quanto à primeira parte do livro, para colocar nos mesmos termos a forma pela qual Sodré analisa o desenvolvimento histórico brasileiro posterior a 1930 — inclusive o erro que já vem sendo corrigido em nossa historiografia —, de se considerar esta data como marco definitivo da ascensão da burguesia industrial no quadro brasileiro.

De qualquer forma, este trabalho de Nelson Werneck Sodré vale pelo que contem de advertência e de visão crítica do presente. Com efeito, o problema da desnacionalização e da massificação da cultura se impõe ao debate, uma vez que tende a provocar o esgotamento da capacidade crítica nacional e a acarretar desvios no caminho de uma autêntica busca de soluções próprias — e não importadas com os enlatados da tv. Uma cultura nacional — no sentido de atividade intelectual voltada essencialmente para os problemas nacionais e buscando soluções específicas para o caso brasileiro — é, sem dúvida, um objetivo que nunca foi atingido. O livro de Sodré nos relembra que estamos cada vez mais longe dele.

De resto, o livro vale — apesar de todas as suas incorreções — pelo que contem de advertência à toda a intelectualidade brasileira: o grande problema que se coloca, aqui e agora, e que antecede qualquer outro na ordem de importância, é o da conquista da liberdade. Na medida em que define os limites da crítica e da criatividade, ela é condição vital para seu trabalho cotidiano. Evidentemente, tal advertência não é nova; mas permanece extremamente viva e necessária diante da constatação de que, cada vez mais, setores cada vez maiores da nossa intelectualidade parecem tentados a deixá-la em plano secundário, esquecida nos trabalhos corajosos que, eventualmente, aparecem.

MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA

* *

*

TAVARES (Maria da Conceição). — *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. 262 págs.

O grande debate em torno do “modelo de desenvolvimento brasileiro” reuniu partidários e opositores numa polêmica enriquecida por valiosas análises de

economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. O assim chamado “milagre brasileiro” vem provocando discussões que saíram fora da fronteira do país.

A economista Maria da Conceição Tavares (1) tem participado intensamente desse debate. Sua obra *da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, recentemente publicada, nele se integra. Os quatro ensaios, aí reunidos, representam uma contribuição inestimável aos interessados em acompanhar de perto o tão controvertido processo de desenvolvimento brasileiro dos anos recentes.

Esses ensaios, realizados a partir de 1963, permitem ao leitor observar a evolução do pensamento da autora, as reformulações que foi efetuando a cada passo de seu trabalho, embora exista em todos uma linha comum — a análise crítica dá economia brasileira.

A importância de seus estudos reside ainda no fato de terem servido como ponto de referência a outras análises nessa mesma direção.

O primeiro ensaio, *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações*, escrito em 1963, acha-se dividido em duas partes; um modelo teórico do processo de Substituição de Importações, aplicável a vários países latino-americanos e uma análise concreta — o caso do Brasil.

A passagem do modelo tradicional (primário exportador) para o novo modelo (substituição das importações) se explica em termos da perda de dinamismo do primeiro, cujo crescimento se achava basicamente condicionado à demanda externa por produtos primários, do que dependia a capacidade para importar. As crises do mercado internacional refletiam, pois, direta e imediatamente, nas economias periféricas.

A Grande Depressão (1929) é tomada como o ponto de ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou, de imediato, uma diminuição sensível na capacidade para importar, ocasionando mudança das variáveis dinâmicas da economia. Deu-se uma perda da importância relativa do setor externo no processo de formação da Renda Nacional e, concomitantemente, um aumento da participação da atividade interna.

No novo “modelo”, a transformação se deu no setor industrial e atividades a ele ligadas, sem modificar sensivelmente o setor primário. Desse caráter parcial da transformação, resultam, segundo a autora, duas circunstâncias: 1). — a preservação de uma base exportadora precária e sem dinamismo, o que representa uma das causas do crônico estrangulamento externo; 2). — o

(1). — A autora, desde 1961, acha-se vinculada à CEPAL, órgão das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile. Desde 1968, Maria da Conceição Tavares radicou-se no Chile, afastando-se temporariamente de suas atividades docentes na Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro.

caráter “parcial” da mutação ocorria no sistema econômico fez surgir um novo tipo de economia dual.

O processo de Substituição de Importações é definido como “um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir, aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (pg. 35).

Focaliza-se a contradição básica do processo de Substituição de Importações no crescimento do produto em oposição às limitações da capacidade para importar. A instalação de unidades industriais para produzir bens de consumo final, antes importados, tende a expandir o mercado interno desses mesmos bens, não só pelo próprio crescimento da renda, decorrente do processo de investimento, como pela inexistência de restrições internas que antes limitavam as importações desses produtos. A demanda, derivada por importações de matérias primas e outros insumos, cresce, rapidamente, tendendo a ultrapassar as disponibilidades de divisas.

Na superação contínua dessa contradição, estaria a essência da dinâmica do processo de Substituição de Importações.

A autora aponta, no novo processo de desenvolvimento, três fatores que são causas de deformações:

- a). — a dimensão e estrutura dos mercados nacionais, — ligados à concentração da renda (desigualdade de distribuição), o que acaba por reduzir a demanda às classes de altas rendas;
- b). — importação de uma tecnologia que exige grande quantidade de capital e o emprego gerado é relativamente pequeno;
- c). — constelação de recursos naturais — uma desproporção entre uma abundância relativa de recursos naturais e mão-de-obra não qualificada, em contraposição à escassez de mão-de-obra qualificada e capital.

A não solução desses problemas, segundo a autora, conduz “a um agravamento ainda maior da dualidade estrutural básica da economia latino-americana (2), ou seja, a um alargamento da brecha existente entre o “setor capitalista”

(2). — Várias teses surgiram em oposição às teorias dualistas. Delas, talvez, a mais acabada seja a de Luís Pereira (*Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1970), que critica a caracterização de subdesenvolvimento/desenvolvimento a partir de uma abordagem estrutural que tem como núcleo a tese dualista. Entende o capitalismo se realizando em âmbitos societários e adota uma ótica “nacional” (unidade geopolítica, em geral o país).

Luís Pereira, ao caracterizar as sociedades “periféricas” do sistema capitalista, apresenta-as como inseridas no sistema capitalista mundial desde o início da sua formação e entende o capitalismo se realizando em âmbitos “inter-

relativamente desenvolvido e o “setor de subsistência” extremamente subdesenvolvido. Isto não só impedirá que aquele atue como motor dinâmico do sistema como um todo, como, muito provavelmente, acabará por frear o seu próprio dinamismo interno” (pg. 58).

Na análise de caso — o Brasil — são marcados três momentos do processo de Substituição de Importações;

1). — Após a Grande Depressão a política econômica do governo possibilitou a rápida recuperação da atividade interna, aproveitando mais intensamente a capacidade produtiva instalada (substituição de bens de consumo leves);

2). — Segunda Guerra — pelas dificuldades de suprimento do exterior o governo decidiu entrar no setor de siderurgia (indústria pesada);

3). — Pós-Guerra — período de expansão e mudança contínua da estrutura industrial brasileira. Três fases:

- a). — 1945-47 — alívio da situação do setor externo (aumento do preço do café) e uma retomada da capacidade para importar;
- b). — 1948 — primeiros déficits na balança de pagamentos deram lugar a um controle cambial (controle rígido sobre importações de bens de consumo não essenciais e barateamento das importações de bens de capital e produtos intermediários). Nesse período deu-se a implantação de indústrias de bens de consumo duráveis;
- c). — 1956-1961 — aumento da participação direta e indireta do governo nos investimentos e entrada de capital estrangeiro. Houve ritmo de desenvolvimento acelerado, mas também, um agravamento das pressões inflacionárias com graves repercussões na economia como um todo.

Ao explicar as condições favoráveis ao crescimento da economia brasileira (comparando-se com o resto da América Latina), a autora salienta fatores internos e externos.

Internamente, a existência, quando da Grande Depressão, de um mercado interno bem amplo e uma estrutura industrial incipiente, mas com relativa diversificação, favoreceram o crescimento da economia brasileira. Mas a ênfase maior na peculiaridade do caso brasileiro é posta em termos da coincidência

societários”. Dessa forma, as sociedades “periféricas” desse sistema se revelam como diferenciações internas ou “subsistemas” de sistemas globais intersocietários capitalistas.

Considera a ótica de “mercado” a mais adequada para o estudo do funcionamento do sistema capitalista. A ótica “nacional” é, segundo ele, o que permite sustentar a idéia de dualismo, pois, na ótica de “mercado” não há como sustentar a existência de um setor não-capitalista, pois este não poderia ser considerado como setor ou participante do sistema, uma vez que está fora dele.

espacial (região centro-sul) dos setores dinâmicos num e noutro modelo de desenvolvimento, o setor exportador no modelo tradicional e o setor secundário no modelo de substituição de importações.

O fator externo favorável, refere-se à recuperação do poder de compra das exportações no pós-guerra até 1954, o que possibilitou o desenvolvimento, ampliando a capacidade para importar (equipamentos e matérias primas). Quando, novamente declinou esse poder de compra das exportações, o processo já tinha conseguido dinamismo suficiente para seguir adiante. O que não aconteceu em países como Argentina e Chile.

A autora afirma que o novo modelo de desenvolvimento de substituição de importações, apesar do crescimento obtido, conduziu a economia brasileira a um dos tipos mais acabados de economia dual na América Latina. A gravidade do problema reside não só nos desníveis absolutos de produtividade, como no fato de essa disparidade tender a aumentar com o processo de desenvolvimento em curso.

A idéia de que um mercado interno restrito, consequência da desigualdade de desenvolvimento, atua como fator de esgotamento do processo expansão brasileiro, uma vez que a demanda acaba, num dado instante, a não corresponder mais ao crescimento industrial, levou a autora a propor como saída para o problema, reformas de estrutura na economia (entre elas, reforma agrária) que provocassem uma distribuição da renda para ampliação do mercado interno, o que evitaria a estagnação econômica e possibilitaria um desenvolvimento global.

Tais colocações representavam não apenas o pensamento da autora, mas o de toda a “escola-cepalina” de uma maneira geral. Nessa mesma linha de análise estão as teses de Celso Furtado, também vinculado à CEPAL.

No entanto, a retomada do crescimento econômico brasileiro após 1967, sem a efetivação das reformas propostas pela autora, fez com que efetuasse uma revisão de suas proposições o que a distanciou, de certa forma do pensamento cepalino. Os demais ensaios constantes do livro demonstram uma nova linha de interpretação (3).

O segundo ensaio *Notas sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento* (1967), foi escrito com o objetivo de analisar as novas condições de financiamento e o novo caráter da inflação, tidos pela autora como pontos chaves para se entender as possibilidades de retomada do crescimento.

(3). — A autora faz questão de frisar, nesses ensaios, que as opiniões expostas são estritamente pessoais e não representam, necessariamente o pensamento da instituição a que está vinculada.

Para ela, a inflação apresenta-se no caso brasileiro como um fenômeno solidário com o seu modelo histórico de desenvolvimento. Uma de suas preocupações é mostrar como evoluiu a inflação como mecanismo de apóio à expansão industrial.

Num primeiro momento (início do processo de substituição de importações), as modificações rápidas e profundas do aparelho produtivo provocaram uma demanda crescente por recursos financeiros, sem que houvesse um desenvolvimento paralelo da estrutura financeira (bastante simples no modelo primário-exportador) capaz de captar os fluxos necessários de poupança e de transferí-los, por forma concentrada, aos vários setores que lideravam o processo de expansão. A inflação aparece aí como um mecanismo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital.

Num segundo momento (momento de transição), quando o processo de substituição de importações perdeu impulso como autogerador de mercado, a inflação conseguiu ampliar a capacidade produtiva, garantindo às empresas uma taxa de lucro artificial e ilusória. Mas, deixando de ser um mecanismo real, entrou em disfunção, possibilitando a aceleração de tensões sociais.

Em resposta a tal situação veio a tentativa de uma política de estabilização (1963-1967), comprimindo-se a renda urbana disponível e a expansão do setor público.

As contrações do crédito oficial aliado à insuficiência da demanda, levaram as empresas a atuar na defensiva. As soluções se deram ao nível de: financiamento das vendas por financeiras privadas; reconversão paulatina dos próprios recursos; fusão dos grupos. Tudo isso levou ao aprofundamento do capital financeiro.

Nesse contexto, aumentou a competição entre as empresas e deu-se a expulsão do mercado das empresas de menor solidez financeiro. O mercado tornou-se cada vez mais oligopólio (aliança das maiores firmas industriais com as financeiras) aumentando o grau de desnacionalização das atividades urbanas (empresas de maior solidez são as de capital estrangeiro).

Maria da Conceição Tavares afirma; “tudo indica que o reinado do capitalismo financeiro está a caminho para permitir ao sistema um maior grau de flexibilidade na utilização intra e intersetorial de seus recursos; até lá a inflação, agora devidamente sob controle é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação” (pg. 152).

No terceiro ensaio, *Além da Estagnação*, escrito com a colaboração do economista J. Serra, aparecem bastante cristalizadas as novas linhas de interpretação da autora.

A primeira parte refere-se a uma crítica às teses estagnacionistas, tomando-se como ponto de referência as análises de Celso Furtado (Desenvol-

vimento e Estagnação na América Latina: um Enfoque Estruturalista), e ainda uma interpretação do processo de crise e recuperação da economia em meados da década passada.

Na segunda parte são caracterizados alguns elementos do novo estilo do recente desenvolvimento econômico brasileiro.

A autora considera que “uma consequência importante da aceitação da tese de estagnação secular é prejudicar a compreensão da dinâmica atual do capitalismo nas economias mais avançadas da região. A convicção de que o capitalismo não avança ou que, muito em breve, deixará de fazê-lo leva ao desinteresse pelas análises de sua operação e expansão que seriam imprescindíveis como ponto de partida para todos aqueles que se propõem a promover ou apressar a sua substituição” (pg. 159).

Dessa forma, a crise que acompanha o esgotamento do processo de substituição de importações é vista como uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista “Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade” (pg. 157) (como se observa, estas colocações se apresentam dentro de uma nova interpretação).

No modelo de análise de Celso Furtado, a estagnação é explicada em virtude da perda do dinamismo do processo de substituição das importações e o problema central reside na estrutura de demanda e na distribuição da renda. A industrialização não tendo resolvido o problema da distribuição da renda, altamente concentrada, não conseguiu criar um mercado socialmente integrado. A demanda ficou restrita aos grupos de altas rendas.

A partir das reformulações de suas análises, a autora considera que — marginalidade, desemprego, estrutural, infraconsumo, não constituem em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre com problemas relacionados com a absorção de poupanças e oportunidades de investimentos.

O processo brasileiro, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes externas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Enquanto o capitalismo se desenvolve, a nação, a maioria da população permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande parte, devido ao tipo de dinamismo que o anima.

São criticadas as categorias que Celso Furtado utiliza para demonstração de suas teses. Para a autora, a relação produto/capital, é uma categoria resultado e não permite explicar a dinâmica de uma economia capitalista.

Nas considerações sobre as medidas tomadas para a superação da crise, aponta-se como a de maior importância a redistribuição da renda pessoal (para resolver os problemas da demanda), nas camadas médias e altas, aumentando-se a relação excedente/salário pela compressão, até mesmo absoluta das remunerações à massa dos trabalhadores menos qualificados.

Ao indicar, na segunda parte do ensaio, os traços do desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro, afirma a autora que “as possibilidades de expansão se deram devido a uma “adequada” adaptação às novas formas de dependência (tecnológica e financeira)”.

A acumulação, a incorporação e a difusão do progresso técnico, as tendências à concentração, são os aspectos do desenvolvimento analisados no ensaio. É importante marcar alguns pontos dessa análise:

O acelerado processo de modernização provocou um alto grau de heterogeneidade (não mais caracterizado em termos de dualismo) sem o entorpecimento da sua dinâmica. Nesse processo de modernização coexistem altas taxas de incorporação, expulsão e marginalização, e tais tendências não se revelaram contraditórias com a expansão.

“Embora tenha-se ampliado a base econômica do conflito de classes, vem-se desenvolvendo muito lentamente nas massas a correspondente capacidade de pressionar por suas reivindicações, seja pela força da coerção que sofrem, seja por seu baixo nível de organização. Também neste sentido o Brasil constituiu uma exceção em relação aos demais países com um grau comparável de desenvolvimento capitalista” (pg. 194).

Outro aspecto importante da análise refere-se à demonstração, através de tabelas de distribuição da renda em 1970, de que se verifica uma maior taxa global de desigualdade e uma maior concentração na cúpula com relação aos períodos anteriores. Isto é utilizado para provar o equívoco sobre o estreitamento relativo do mercado como suporte da tese de estagnação.

O quarto ensaio *Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente*, foi apresentado em seminário sobre “Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico” realizado no Rio de Janeiro em 1971. A apresentação de sua tese provocou grande impacto em meio à euforia do mercado de capitais, na medida em que demonstrava suas contradições.

Sua intenção, ao escrever tal ensaio, foi a de mostrar o papel do setor financeiro no processo de desenvolvimento recente que visa a recuperação e crescimento acelerado. A mostrar, ainda, o caráter contraditório do capitalismo financeiro no Brasil.

Em tese, o mercado de capitais deveria se destinar a aumentar a taxa de poupança-investimento da economia. É sua realização nesse sentido que é contestado neste estudo.

O extraordinário clima de euforia do mercado de capitais no 1º semestre de 1971 é visto como resultado dos altíssimos lucros obtidos nas operações de lançamento das ações e na especulação desenfreada que se estabeleceu na intermediação entre o mercado primário e o secundário antes que as ações chegassem à bolsa. “Esse clima vem forçando uma valorização excessiva dos títulos que pode dar lugar a perturbações graves no mercado de capitais...” (pg. 233).

O problema da instabilidade estrutural do processo de expansão financeira não é explicado apenas pela divergência de ritmos de acumulação entre ativos reais e financeiros, mas pelo caráter recorrente do processo em curso que tende a uma redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira, a qual, se for mantida além de suas possibilidades reais de sustentação, pode provocar uma ruptura crítica da expansão econômica. A autora considera que, para evitar essa ruptura é necessário diminuir a especulação, forçando uma maior centralização do capital financeiro, mediante a qual as grandes agências financeiras possam controlar o lançamento de novos títulos na bolsa, possam intervir na manipulação das operações financeiras e possam promover a canalização de recursos para os setores com maiores oportunidades de investimento.

A partir disso haveria uma maior integração entre os planos real e financeiro que permitiria a reconversão do capital financeiro em capital produtivo, adequado a uma aceleração da taxa real da poupança-investimento.

Coloca-se ainda que essa tão conveniente integração não depende apenas da centralização do capital, mas também, de uma profunda reorganização da estrutura oligopólica vigente, bem como de uma acentuada modificação no estilo de crescimento recente da economia.

Comparando o significado do capitalismo financeiro do Brasil com o dos países centrais, mostra como nestes o capitalismo financeiro representou uma etapa avançada do desenvolvimento das forças produtivas internas enquanto naquele corresponde a uma tentativa de readaptação da estrutura oligopólica às novas regras do jogo econômico-financeiro internacional.

A competição entre as grandes empresas monopólicas internacionais pela conquista de novos mercados levou ao surgimento de novas formas de organização empresarial em conglomerados que adquirem, muitas vezes, caráter multinacional.

A fusão de interesses de grupos industriais, financeiros e comerciais de distinta procedência que se está processando agora no Brasil, e que permite uma maior internacionalização da empresa produtiva brasileira mediante novas formas de associação promovidas pelo capital financeiro, corresponde a um arranjo da estrutura oligopólica interna para adaptar-se às novas regras do jogo internacional.

Desses aspectos do capitalismo financeiro do Brasil, a autora conclui que a introdução de uma etapa de capitalismo financeiro no país não parece resolver os problemas do capitalismo brasileiro. “Parece, sim, favorecer uma maior “abertura” no sentido de internacionalização de certos setores até há pouco predominantemente nacionais ou voltados para o mercado interno. Nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro afirmar uma hegemonia que resolva em termos “nacionais” os grandes interesses em jogo” (pg. 263).

“O próprio caráter competitivo dos vários grupos internacionais e a situação de crise econômica, podem dar, por algum tempo, a impressão de que o capitalismo de Estado seria hegemônico nas negociações para abertura de novas oportunidades de investimento. A forma de organizar a produção em grande escala e o controle dos mercados externos continuam porém, dependentes de decisões fora do controle do Estado brasileiro” (263).

Esta não é apenas uma colocação de Maria da Conceição Tavares, mas em geral a de vários economistas antimodelo, que procuram, através de suas análises, mostrar como o “milagre brasileiro” continua, cada vez mais, a depender do capitalismo estrangeiro e como o centro de decisões se transfere para o exterior.

Além da grande contribuição ao entendimento do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, deve-se acentuar um outro mérito da autora que reside no fato de que suas preocupações não se limitam apenas ao campo da economia política. Procura participar de um debate sobre problemas teóricos que afligem, especialmente, os cientistas sociais.

Uma das críticas que alguns sociólogos fazem ao pensamento estrutural cepalino refere-se às análises de desenvolvimento/subdesenvolvimento a partir de caracterizações econômicas. Para eles, tratam-se de categorias históricas, devendo-se, portanto, tomar em conta os diferentes níveis da realidade (econômico, social, político, ideológico, etc.) numa tentativa de análise totalizante.

Maria da Conceição Tavares considera que o problema assim colocado simplifica a questão e escamoteia as dificuldades de uma análise teórica ou de pesquisa empírica.

Embora reconheça a insuficiência de uma análise de economia política sem um exame paralelo dos outros níveis da realidade (o político, por exemplo, que permite entender o papel do Estado), coloca que o maior problema da teoria está na dificuldade, quase impossibilidade histórica de que um esforço de totalização possa ser resolvido antes que as determinações do sistema se encontrem configuradas.

“O avanço científico não pode prescindir, pois, de análises parciais e claramente delimitadas em seu recorte do real. Isso não significa abrir mão de

uma tentativa integradora, nem tampouco uma proposta de passar ao “cientifismo” (pg. 24).

MARIA HELENA R. CAPELATO

* * *

*

SINGER (Paul Israel). — *O “milagre brasileiro”: causas e consequências*. São Paulo, CEBRAP, 1972.

“Em economia não há milagres”. Talvez essa frase sintetize a tese central do economista Paul Singer no seu trabalho *O “milagre brasileiro”: causas e consequências*, publicado no caderno nº 6 do Centro Brasileiro de Planejamento (Cebrape), de 1972.

Em 81 páginas o economista faz uma análise geral do fenômeno dos “milagres” no capitalismo contemporâneo, destacando, de início, o seu caráter eminentemente político: “É bastante claro que os “milagres econômicos” têm sobretudo caráter político. Eles são promovidos através dos meios de comunicação de massa para popularizar determinados aspectos da política econômica, aos quais se atribui grande eficácia na promoção do crescimento. Não obstante, é inegável que as economias “milagrosas” de fato apresentam ou apresentaram elevadas taxas de crescimento e por períodos relativamente longos. É este aspecto que torna o desempenho destas economias excepcional, no quadro atual e histórico do capitalismo... Quando a economia de um país consegue sustentar taxas elevadas de crescimento por um prazo algo mais longo (10 anos ou mais), o fato requer alguma explicação específica, o que permite (quando há interesse nisso) a proclamação de um “milagre”.

Para o autor por mais planejado e monopolizado que o capitalismo atual se tenha tornado, as decisões básicas, que determinam a vida econômica ou, mais especificamente, a reprodução do capital, continuam sendo adotadas, de forma descentralizada, em obediência a indicadores de mercado. Assim, o que caracterizaria o capitalismo monopolista contemporâneo não é a capacidade de prever todas as repercussões relevantes de uma aceleração do crescimento, a qual se apresenta de forma diferente em cada lugar e em cada momento, mas o fato de possuir mecanismos políticos de controle que permitem corrigir os piores desequilíbrios, decorrentes da anarquia do mercado, mecanismos que em certas circunstâncias exigem a paralisação do crescimento ou, ao menos, sua desaceleração.

Na primeira parte, Singer examina as consequências do crescimento capitalista da economia no setor de bens de produção (Departamento I, para o autor) que será estimulado pela procura de produtos de bens de consumo